

# Acorda, Brasil faz sua parte

Josecler Gomes Moreira

A educação brasileira tem avançado significativamente no atual governo. Se o Ministério da Educação e do Desporto tivesse criado apenas o programa "Dinheiro na Escola" e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, teria, somente com essas duas iniciativas, dado um passo definitivo na implementação de um modelo bem brasileiro de democratização da gestão escolar.

Mas o MEC não ficou apenas nessas duas ações: apoiou incondicionalmente a aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta do senador Darcy Ribeiro para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; tornou ágil e aprofundou o sistema de descentralização de recursos da merenda, garantindo sua definitiva regionalização; reorganizou a distribuição e reviu o conteúdo dos livros didáticos, ampliando significativamente sua oferta; lançou e consolidou o sistema de aperfeiçoamento de professores e diretores de escola feito a distância, por intermédio da *TV Escola*; mantém um programa permanente de mobilização social em busca de uma educação de qualidade para todos, estimulando a participação da comunidade no dia-a-dia das escolas. São conquistas evidentes. E com resultados, os primeiros talvez de uma revolução gerencial e participativa na escola pública.

O governo, logo, faz sua parte. Mostra que não foi em vão o gesto do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando em fevereiro de 1995 abriu o ano letivo com uma aula para alunos do 1º Grau, na cidade baiana de Santa Maria da Vitória, como parte do lançamento do programa *Acorda, Brasil. Está na Hora da Escola!* O reconhecimento ao desempenho do MEC tem sido dado pela sociedade, mediante milhares de ligações e correspondências enviadas, ao Ministério e também pela própria imprensa, que acertadamente vem dando cobertura expressiva às ações do Ministério, ora elogiando, ora criticando, sempre, porém, provocando o debate em torno de uma área fundamental para o crescimento do país e para o fortalecimento da democracia.

Desde a criação do programa de mobilização social *Acorda, Brasil*, a sua principal meta tem sido incentivar ações em favor da educação. Nesse período, foram firmadas 87 parcerias com empresas, governos, entidades e comunidade. Esses parceiros doaram à escola pública cerca de R\$ 15 milhões em materiais e equipamentos, em benefício de aproximadamente 12,5 milhões de alunos no país inteiro. A cada dia, mais e mais agentes sociais percebem que podem fazer muito pela escola, sem romper com o seu cotidiano.

São tantas iniciativas, que está sendo montado o Banco de Ações Educacionais, um banco de dados para catalogar pelo menos mil experiências de sucesso no país e incentivar outras tantas. Tais ações não ocorrem à toa. Os atores sociais são estimulados diariamente a se darem conta daquilo que podem oferecer. Entre esses agentes está a imprensa e os jornalistas, de quem se busca chamar atenção para ações e políticas educacionais,

forneendo informações acertadas aos seus leitores, ouvintes ou telespectadores. Isso, evidentemente, sem a pretensão de querer embotar o seu exercício crítico. A liberdade de imprensa é mais uma conquista democrática — também educacional — pela qual nós lutamos.

Não sendo jornalista, contudo, às vezes estranho o rumo de um texto de jornal. Em 4 de janeiro passado, na matéria *Educadores de Mão Abanando*, publicada pelo *Correio Braziliense*, apropriadamente o jornal critica o fato de a Prefeitura de Santa Maria da Vitória (BA) não pagar os professores da rede municipal de ensino há vários meses. Esse fato, associado a outro — a aula inaugural do presidente da República —, não deixa de invocar uma ironia. Essa contradição de resultado, não de responsabilidade, no entanto, tem o poder de confundir o leitor apressado.

Diante de uma notícia como essa, negativa na forma, como é habitual na imprensa, é preciso enfatizar com clareza que a lamentável situação local dos professores municipais de Santa Maria da Vitória é de responsabilidade da Prefeitura, não da Presidência da República. Se o prefeito atrasa o salário de seus professores, isso não pode ser resolvido diretamente pelo presidente, que no máximo pode encaminhar, no caso, um pleito pela solução. Até que o Estado da Bahia institua e operacionalize o chamado Fundão, que garantirá 60% de seus recursos para pagamento de pessoal, cada município baiano (como de resto em todo o país) tem de arcar diretamente com as despesas de pagamento dos professores que pertencem ao seu sistema de ensino.

O que compete ao MEC em relação ao caso está sendo feito, como já anunciou Edson Machado, chefe do Gabinete do ministro Paulo Renato Souza. O governo fará uma auditoria no município, para saber se os recursos do FNDE encaminhados à cidade foram corretamente aplicados, recursos esses cuja destinação, bem entendido, não inclui pagamento de professores. Segundo o chefe da comissão de professores de Santa Maria da Vitória, Valdeci Augusto de Oliveira, o dinheiro do Fundo não reverteu em benefício do município. A auditoria vai checar isso.

Para terminar, gostaria de dizer que o serviço telefônico *Fala, Brasil*, criado pelo MEC para receber consultas, sugestões e reclamações dos brasileiros, é um lugar aberto a pesquisadores, jornalistas, políticos, a quem quer que seja. Isso quer dizer, inclusive, acesso pleno a seus relatórios a todos os interessados.

Não haveria razão, portanto, para que o autor da matéria *Aluno reclama da comida*, publicada neste jornal em 10/1, escrevesse que "... o Correio teve acesso a um relatório reservado da Central de Atendimento de programa Fala, Brasil". Isso não existe. No *Acorda, Brasil* tratamos a informação como um bem público. Fornecemos todos os dados e, se necessário, damos todas as entrevistas. Como convém aos novos tempos, não precisamos de *off*. Preferimos o *on*.

■ Josecler Gomes Moreira é coordenador do programa "Acorda, Brasil. Está na Hora da Escola!"